REUNIÃO – COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

REUNIÃO ORDINÁRIA – CIB/PR
28-11-2018
Horário: 13h 30 às 17h00

Participantes	
Membros:	
SEDS	**COGEMAS**
Dorival da Costa (Coordenador Suplente)	Darcy Gris – Palotina (titular)
Maiara de Almeida Abreu (titular)	Ângela C. Pascueto do Amaral – Cambé (titular)
Renata Mareziuzek dos Santos (titular)	Mariângela Broch da Costa – Maria Helena (titular)
Letícia Reis (titular)	Vanessa Aparecida Ferreira – Marilândia do Sul (titular)
Josiani Severino dos Santos Nogueira (titular)	Ana Luiza Suplicy Gonçalves – Curitiba (suplente)
Carmen Cristina Zadra (suplente)	
Sandra Cristiane K. Busnello (titular)	
Membros da Secretaria-Executiva:	
Juliana Muller – Secretária Executiva CIB/PR. Maria Helana Gusso Mattos – SEDS Márcia Mazzarotto – Cogemas/SEDS	
Demais Participantes: Elias de Souza Oliveira/ Foz do Iguaçu, Solange de F. Livinski/ CPSE – SEDS, Wani Caetano de Castro/SEMAS – Pinhais, Lucilene Cristiane Santos/Cambé, Rosemeire Opolinário/Nova Fátima, Iracema Nunes/Nova Fátima, Dilene Dutra P. Correia/ Cambé, Maria Ap. Santos/Cambé, Sandra Regina Martins/ Rolândia, Pamela Karen/ Residente Técnica – SEDS, Fernanda C. B. de Almeida/ Rolândia, Luciane T. Costa/ CPSE/SEDS, Elisabete Sturion/ Representante de Ibema e Keity F. Cruz – MP/PR.	

Pauta:

1. Aprovação da pauta da reunião;
2. Aprovação da memória da reunião ordinária da CIB/PR do dia 31/10/2018;
3. Notificação de Violência;
4. Plano de Ação 2019/FEAS;
5. Monitoramento e Avaliação do PEAS;
6. Capacitações e Educação Permanente;
7. Organização do SUAS – Município de Ibema/PR;
8. Relato da Câmara Técnica - Interiorização dos Venezuelanos;
9. Prorrogação de Prazo para o Benefício Eventual.
10. Informes Gerais:
10.1 - Família Paranaense;
10.2 - Videoconferência - 22/11 sobre a interdição e curatela do Idoso e PCD em situação de acolhimento;
10.3 - Município de Jaguapitã - PAEFI/CREAS regionalizado;
10.4 - Evento Pop Rua Londrina;
10.5 – Informes CIT;
10.6 – Informes COGEMAS.

REUNIÃO – COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

REUNIÃO ORDINÁRIA – CIB/PR
28-11-2018
Horário: 13h 30 às 17h00

Abertura:
O coordenador suplente, Dorival da Costa, e a secretária-executiva, Juliana Müller, deram boas-vindas aos membros da comissão e falaram da importância da reunião, enfatizando que era a última do ano, seguidamente iniciou a discussão dos itens pautados.

1. Aprovação da pauta da reunião:
A Pauta foi submetida à pactuação pelos membros da CIB/PR, com as seguintes alterações, considerada **APROVADA.**
Inclusões:
- Cofinanciamento para Benefícios Eventuais;
- Calendário de Reuniões 2019;
- Acolhimento Institucional e o Poder Judiciário;
Unificações:
- itens 10.3 (Jaguapitã e Anahy) e item 7 (Organização do SUAS em Ibema);
Alterados para informes:
- 4. Plano de Ação 2019/FEAS;
- 5. Monitoramento e Avaliação do PEAS;
- 9. Prorrogação de Prazo para o Benefício Eventual.
Retirado de pauta:
10.1 - Família Paranaense.

2. Aprovação da memória da reunião ordinária da CIB/PR do dia 31/10/2018:
A memória da reunião do dia 31/10/2018, foi submetida à aprovação na presente reunião, sendo a mesma considerada **APROVADA.**

3. Notificação de Violência:
A titular da CIB e coordenadora da Gestão do SUAS/SEDS, Renata Mareziuzek, explicou sobre a existência de um grupo de trabalho instituído na SEDS em articulação com a Secretaria de Estado da Saúde, para discutir a notificação de violência. Destacou que o objetivo da discussão foi elaborar uma Nota Técnica para orientar os municípios quanto à importância do preenchimento da Ficha de Notificação de Violências nas unidades de assistência social. Em seguida, a técnica Solange F. Livinski/CPSE - SEDS e a Maria Helena G. Mattos/CGS – SEDS (integrantes deste grupo), contextualizaram como iniciou o trabalho na SEDS para discutir o registro das Notificações, apresentando a proposta da nota e os dados do Censo SUAS de 2016 que demonstram o baixo número de preenchimento do instrumento nos equipamentos públicos de assistência social. O Coordenador suplente da CIB, e Superintendente de Assistência/SEDS, Dorival da Costa, relatou que há necessidade de trabalho em rede, principalmente dos Conselhos Tutelares, mencionou que muitos conselheiros não estão capacitados para utilizar o sistema de notificação, que é necessário investir em possibilidades de registros para conhecer a realidade do território. O representante titular, Darcy Gris/Palotina, questionou que os municípios estão sobrecarregados de demandas, que foi deliberado recursos para capacitações aos conselheiros tutelares, por meio do CEDCA/PR, mas que até o momento não viu essas capacitações serem realizadas nos municípios. Apontou também, a fragilidade dos conselhos tutelares, como equipes sem qualificação técnica, rotatividade dos conselheiros e o modo do processo eleitoral. O Secretário Municipal de Assistência de Foz do Iguaçu, Elias de Souza Oliveira, comentou que o processo eleitoral para escolha dos conselheiros tutelares é muito frágil e que existem casos de conselheiros semianalfabetos, portanto é necessário repensar a forma de realização dos dois processos. O superintendente falou da necessidade de investir em capacitações, mas também no investimento local, compreender os perfis, o processo de eleição. A coordenadora Renata falou que a CIB é um espaço de pactuação, que os processos de vigilância socioassistencial são discutidos em plenária,

portanto é legítimo o fomento de preenchimento das notificações de violência. Seguidamente, os representantes da SEDS destacaram o processo de educação permanente do SUAS, que corrobora para qualificação das equipes e principalmente no preenchimento dos casos de notificação de violência. Por fim, a técnica Solange argumentou que a proposta é potencializar e sensibilizar os municípios no preenchimento da Ficha de Notificação de Violência, para isso encaminhará a proposta da Nota Técnica aos membros da CIB para contribuição e posterior pactuação. No momento, **foi pactuado pelo processo de fomento aos municípios para implantação e implementação do Registro Individual de casos de violação de direitos de violência intrafamiliar e/ou extrafamiliar, na Ficha de Notificação de Violências – SINAN, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS do Estado do Paraná.**

6. Capacitações e Educação Permanente:
A titular da CIB e coordenadora da Gestão do SUAS/SEDS, Renata Mareziuzek, fez uma apresentação do Relatório das ações de Educação Permanente realizadas no ano de 2016 e 2017 e 2018, ressaltando o documento basilar para o próximo Plano de Educação Permanente. Para o planejamento das ações de Educação Permanente do próximo período é importante analisar as informações deste documento para identificar, sobretudo, temáticas descobertas, além de verificar para qual público as ações deverão ser fortalecidas, considerando as diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social. Abaixo, tabela com o número de ações divididas por eixo temático, seguidas do número de certificações:

ANO	Nº DE AÇÕES	Nº DE CERTIFICAÇÕES
2016	71	5.000
2017	102	7.256
2018	88	5.632
Total	**261**	**17.888**

Pactuado os indicativos, que servirão de base para a elaboração do Plano de Educação Permanente do SUAS – PEEP/PR, do período 2019/2020:
I - Reativação do Núcleo de Educação Permanente;
II - Elaborar os diagnósticos de necessidade de formação e capacitação;
III - Realização dos Cursos do Capacita SUAS: CURSO I Atualização de Planos de Assistência Social - 962 vagas; CURSO II Atualização Sobre Especificidade e Interfaces da Proteção Social Básica do SUAS - 1324 vagas; CURSO III Atualização Sobre o Reordenamento dos Serviços de Proteção Social Especial - 794 vagas.
IV - Capacitação continuada para os conselheiros municipais;
V - Estimular e orientar os municípios no processo de elaboração dos Planos Municipais de Educação Permanente;
VI - Realização das Ações de Educação Permanente prevista no Plano Estadual de Assistência Social – PEAS.

7. Organização do SUAS (Ibema, Jaguapitã e Anahy):

- Município de Ibema/PR:
A técnica Solange F. Livinski/CPSE- SEDS, apresentou um resgate histórico da situação do município de Ibema, desde 2017 até 2018, explicou que o município realizou a junção dos equipamentos da assistência social (órgão gestor/CRAS e CREAS) no mesmo espaço físico, em que as equipes ficam em um salão aberto, local onde também funciona o CADÚNICO e o Programa Bolsa Família. Destacou que a SEDS, em conjunto com representantes do CEAS e CIB realizaram visita no município, em setembro de 2017, para mobilizar e

REUNIÃO ORDINÁRIA – CIB/PR
28-11-2018
Horário: 13h 30 às 17h00

sensibilizar o prefeito, para reverter a junção dessas unidades e/ou serviços. Nessa ocasião, foi elaborado um Plano de Providências, que não foi executado pelo município. Diante desta situação o Estado suspendeu o repasse do PPAS III- PAEFI Regionalizado (R$ 2.500,00 mensais) desde o início de 2017. Os recursos correspondentes do governo federal (R$ 5.000,00 mensais) encontravam-se atrasados, somente foram depositados para o Estado em dezembro de 2017 pelo FNAS, portanto esse recurso também não foi repassado. A técnica salientou que o município oficializou o fechamento do CREAS, e por isso a SEDS realizou uma reunião por videoconferência com ER e município no dia 26/11/2018 para verificar a situação atual, avaliar e discutir os procedimentos que ainda deverão ser realizados para encerramento das atividades do CREAS, no entanto o município não compareceu na vídeo. Neste sentido, a técnica apresentou a sugestão de encaminhamento à CIB, como oficiar o prefeito com cópia ao CAOPJDH/MP-PR, CMAS e gestora municipal de assistência social informando que o desligamento do CREAS deverá ter aprovação do CMAS, deve ser retirado à unidade CREAS do CADSUAS, que os instrumentos vinculados aos SUAS não devem ser mais preenchidos, que o município deverá solicitar ao MDS desligamento do CREAS. Após isso, a representante do município, Elizabete, disse que a postura do Prefeito é contrária ao CREAS, pois acredita que onera o município, por conta de pessoal, que o equipamento Inclusão Social ficou numa espécie de Rua da Cidadania, com diversos serviços no mesmo local, separado por portas, que facilita o atendimento da população. Informou que o espaço físico do CRAS está em reforma, que a realidade agora no município é diferente do ano passado. Argumentou que a questão da descaracterização do veículo era uma questão política e que foi superada, inclusive relatou que o Ministério Público visitou e constatou a regularização dos veículos. E sugeriu uma visita no município para diálogo com prefeito e gestor da assistência social. O coordenador suplente da CIB e Superintendente/SEDS, Dorival da Costa, pontuou que o gestor deve seguir regras próprias para cada política pública, para complexidades, pois são diferenciadas. Argumentou que os usuários sofrem consequências dessa decisão e a equipe técnica fica sobrecarregada, que embora o município afirme que está tudo bem, em qual perspectiva o usuário entende como bem. Enfatizou que todos os processos foram realizados, inclusive comunicação aos órgãos competentes, no entanto não surtiram efeito. O Secretário Municipal de Assistência Social de Foz do Iguaçu, Elias de Souza Oliveira, disse que a situação apresentada não é apenas uma questão de falta de entendimento e organização do fluxo do SUAS, e sim uma ingenuidade. Contrapôs sobre a ausência de manifestação do conselho municipal de assistência social, relatou que o pacto federativo está quebrado e sobre o carro, mencionou que independente de questões políticas, o veículo deve ser plotado conforme preconiza as normativas do SUAS (âmbito nacional e estadual). Os técnicos da SEDS, se contrapuseram a fala da representante do município, informando que rompe com as particularidades e especificidades de cada proteção social e com o entendimento do SUAS. Enfatizaram o acúmulo de funções dos profissionais, que prejudica o atendimento de qualidade dos usuários. Destacaram uma divergência entre o solicitado pelo município (desligamento do CREAS), o aceite do cofinanciamento do Governo Federal para Medidas Socioeducativas e o Plano Municipal de Assistência Social. O membro titular da CIB, Darcy Gris/Palotina, relatou à visita realizada em 2017 no município, que realmente estava bem complexa a situação, e disse que deve pensar em ações para que o município não seja prejudicado, para se posicionar no sentido de auxiliar o ente e relatou que embora os profissionais estejam capacitados, como estão sobrecarregados acaba tendo consequência aos usuários dos serviços. A assistente social Keity, do Ministério Público Estadual o Paraná, do CAOPJDH, disse que acompanha a situação de Ibema, que já conversou com a Promotoria de Justiça. E durante a reunião solicitou algumas respostas da representante do município quanto à plotagem de veículos e a organização dos equipamentos públicos (CRAS e CREAS). Sra Elizabeth respondeu dizendo que existe uma separação dos serviços, mas que existe a Rua da Cidadania dos serviços e que no local (parte dos fundos) está sendo reformado o CRAS e sobre o veículo disse que está resolvido. Após a apresentação realizada pela equipe da SEDS, onde foram contextualizados todos os encaminhamentos e as ações, bem como a situação atual do repasse de recurso do Município, foram sugeridos **os seguintes encaminhamentos**:
- Reordenar a Política da Assistência Social no Município;
- Retornar o funcionamento do CRAS com atendimento do PAIF, com equipe referenciada, acompanhando o SCFV e demais serviços da PSB, de acordo com as diretrizes da Política da Assistência Social e Normativas da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

REUNIÃO ORDINÁRIA – CIB/PR
28-11-2018
Horário: 13h 30 às 17h00

- Organizar equipe de PSE, vinculado ao órgão Gestor, para atendimento as situações de violação de direitos;
- Viabilizar o funcionamento do órgão gestor em local exclusivo, separado da unidade que execute o serviço e que acomode a equipe de PSE com sala de atendimento diferenciada;
Retornar a identificação dos veículos adquiridos com recursos IGD;
- Viabilizar a utilização dos saldos de recursos, principalmente do PTMC/Federal e do Família Paranaense/Estadual – elaborando um Plano de regularização com ações e metas cujo cronograma deve a ser cumprido em curto e médio prazo. Diante da explanação, a representante de Ibema ressaltou que a realidade do Município encontrada em 2017 está diferente, com a ocorrência de algumas reformas no espaço e contratação de profissionais. Assim, os membros da CIB questionaram sobre existência da demanda para os serviços da MSE identificada nas pesquisas do MDS, e as contradições sobre a necessidade dos cofinanciamentos. Por fim, Elisabete Sturion afirmou que o Município estaria aberto a receber as orientações e assessoramento do Estado com relação à adequação da organização do SUAS**, assim foram determinados os seguintes encaminhamentos:**
- solicitação de relatório atualizado, com prazo até 07/12, no ER de Cascavel;
- realização de visita e reunião no Município no dia 10/12, com participantes da equipe técnica, membros da CIB e do CEAS. Após a realização dessas novas ações, caso a situação não se reverta, ficou pactuado pela realização dos encaminhamentos propostos pela CPSE citados acima.

- Município de Jaguapitã/PR:
A técnica Solange F. Livinski/CPSE- SEDS, relatou que o município de Jaguapitã encaminhou ofício nº 424/2017, endereçado a secretária da SEDS, em 26/09/2017 solicitando o desligamento do CREAS do município em virtude de "encontrar-se atualmente com índice de gastos com pessoal extrapolado". Destacou que conforme posicionamento do município e do CMAS, a CPSE retoma a situação do município em reunião do CEAS, sendo deliberada pela aplicação do plano de providência, sendo aplicado em 11/04/2018 e aprovado pelo CMAS em 14/05/2018. Solange enfatizou que após a aplicação do plano de providência, houve troca de gestor da política de assistência social, assumindo a pedagoga Maria Helena, com a qual já foram realizadas duas reuniões presenciais e uma videoconferência, na qual participaram as técnicas de referência do CREAS. **Pactuado** o Plano de Providência do Município de Jaguapitã, aprovado pelo CMAS de Jaguapitã e o Plano de Apoio do Estado ao Município.

- Município de Anahy/PR:
A técnica Solange F. Livinski/CPSE- SEDS, relatou que o município apresenta pendência no Plano Municipal de Assistência Social e declaração de prioridades. Apresentou o Plano de Ação/2018 no SIFF, cuja Resolução do CMAS refere-se apenas ao recurso do FEAS, o qual restou bloqueado no repasse do PPASIII. Há denúncia na Ouvidoria do Estado de irregularidades no funcionamento do CREAS, que foram constatadas pelo ER de Cascavel em visita ao município. Do mesmo modo há constatação de irregularidades no CRAS, com atendimento precário do PAEFI e PAIF. **Pactuado** pelo envio de ofício ao órgão Gestor Municipal, com cópia ao ao CMAS, solicitando esclarecimentos sobre a situação denunciada e providências para sanar as mesmas, bem como das pendências mencionadas.

8. Relato da Câmara Técnica - Interiorização dos Venezuelanos:
A representante suplente e Coordenadora Adjunta da CPSE/SEDS, Carmen Zadra, relatou sobre a reunião da Câmara Técnica ocorrida no dia 14/11/2018, com os municípios paranaenses receptores de migrantes e/ou refugiados venezuelanos provenientes do Programa de Interiorização do Governo Federal. Contextualizou que os municípios de Curitiba e Goioerê foram os primeiros municípios paranaenses a receberem migrantes e/ou refugiados venezuelanos pelo Programa de Interiorização do Governo Federal. No entanto, ambos foram surpreendidos com a demanda, pois o acolhimento e as necessidades básicas serão ofertados por Organizações da Sociedade Civil (OSCs) em parceria com Agências da ONU, e todas as negociações do programa foram realizadas entre a OSC e a Casa Civil do Governo Federal. As Gestões Municipais e Estaduais

não participaram dos trâmites, e acabaram sabendo da vinda dos imigrantes uma semana antes da data de previsão de chegada. Destacou que a SAS/SEDS realizaram diversas reuniões a fim de encontrar as melhores estratégias para apoiar os municípios receptores dos imigrantes, e umas das propostas foi apresentada na última reunião da CIB, que seria uma Resolução aprovando um incentivo financeiro para benefícios eventuais, por meio de um diagnóstico a partir da criação de câmara técnica para estudar as demandas apresentadas pelos venezuelanos. Por decisão unânime do colegiado, definiu-se pela criação da Câmara Técnica Interiorização Venezuelanos, sendo a primeira reunião agendada para o dia 14/11/2018 por meio de videoconferência, o objetivo foi levantar informações sobre as demandas específicas e o possível impacto nos serviços socioassistenciais em decorrência do atendimento aos migrantes do processo de interiorização, principalmente nos municípios de pequeno porte. E a partir do diagnóstico, estruturar a melhor proposta técnica e/ou incentivo financeiro, a fim de potencializar a oferta dos serviços da assistência social em todos os níveis de proteção nos municípios afetos. Os representantes da CIB informaram que na câmara os municípios falaram sobre como está ocorrendo o atendimento dos venezuelanos por meio dos serviços socioassistenciais e salientaram a necessidade de continuidade da Câmara Técnica e aproximação com a Câmara Técnica do Conselho Estadual de Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA).

Inclusões:

- Cofinanciamento para Benefícios Eventuais:

A representante titular e técnica da CPSB/SEDS, Sandra C. K. Busnello, fez um breve relato sobre a Deliberação 65/2017 – CEAS/PR, informando que se trata de benefícios eventuais, que engloba 227 municípios, dos quais:

-179 municípios já receberam o incentivo; 4 não manifestaram interesse; 8 foram desabilitados;

-23 justificaram a não adesão e 13 aguardam pagamento. Explicou da importância e necessidade de prorrogação de prazo para execução dos recursos da Del.65/2017, de 12 para 24 meses, contados a partir do recebimento, e uma nova resolução oportunizando que os municípios que não manifestaram interesse ou foram desabilitados quanto ao previsto na Del. 65/2017 possam acessar o cofinanciamento para benefício eventual. **Pactuado** o repasse Fundo a Fundo do Incentivo Benefício Eventual aos municípios que não acessaram os recursos por meio das Deliberações nº 051/2017/CEAS, nº 065/2017/CEAS e nº 076/2017/CEAS, e que não tenham justificado a não adesão na oportunidade das publicações das referidas deliberações.

- **Calendário Reuniões/2019:**

A secretária-executiva apresentou o calendário de reuniões de 2019, onde após o ajuste de algumas datas, o mesmo foi **pactuado**, conforme a seguir:

Março	Abril	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
19	30	25	30	27	24	29’	26

- Acolhimento Institucional e Poder Judiciário:

O representante titular, Darcy Gris de Palotina, expôs a preocupação quanto o acolhimento de crianças e adolescentes que cometem atos infracionais, pois segundo ele o ideal seria ter uma unidade de acolhimento específica para este público. A representante titular da CIB e Coordenadora da Proteção Social Especial/SEDS, Josiani Severino, falou que é necessária uma discussão sobre o tema, relatou a experiência de Londrina, no qual uma unidade de acolhimento sofreu com situações de tráfico de droga, argumentou que deve pensar numa metodologia diferenciada. Darcy argumentou que muitas vezes não existem vagas no CENSES, que é necessário pensar numa terceira casa para atendimento, com equipe específicas, pois na maioria dos casos os municípios não possuem estrutura adequada para atendimento deste público. O Secretário Municipal de Foz

do Iguaçu, Elias de Souza, relatou que no município foi utilizado como estratégia o Plano de Atendimento, com audiência contratada, em rede, com um conjunto de atividades. Destacou a importância de envolver o Sistema de Justiça, como exemplo em seu município, para construção do Plano de Atendimento. A comissão discutiu ainda, os casos que envolvem adolescentes que estão ameaçados de morte, no qual as condições dos acolhimentos são precárias, com estrutura física deficitária. Por fim, como encaminhamento, se propôs a realização da discussão do referido assunto, junto com compartilhamentos de experiências de boas práticas no encontro do CENSEs, agendado para o primeiro semestre de 2019.

10. Informes Gerais:
Devido ao tempo exíguo, ficou acordado que os informes seriam repassados por e-mail para os representantes da comissão.